

- OLIVEIRA, A. et al. 1979. Antropologia Social e a Política Florestal para o Desenvolvimento da Amazônia. In: ACTA AMAZÔN., Suplemento, Estratégias para política Florestal na Amazônia Brasileira, Manaus.
- OLIVEIRA, A. 1988. Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Sec. XVII ao XX). Boletim do Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol. 4 (1): 65-115.
- OLIVEIRA F., J. P. 1987. Terras Indígenas: Uma avaliação Preliminar de Seu Reconhecimento Oficial e de Outras Destinações Sobrepostas. In: TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL / DECI/Museu Nacional.
- PANTOJA FERREIRA, C. 1990. *Contribuição ao conhecimento de fauna dos manguezais*, Belém, 10 p. inédito.
- PARKER, E. P. 1989. A Neglected Resource in Amazonia: The Amazon Caboclo. *Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies*. In: POSEY, D.A. & BALÉE, W. (ed.). *Advance in Botany*, v. 7, New York, New Yont Bonatecel Garden. Bronx, p. 249-259.
- PEREIRA, E. S. 1990. *As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins: Estado atual do conhecimento e perspectivas*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 145 p. il. Tese de Mestrado.
- PEREIRA, E. S. 1992. Levantamento dos sítios com pinturas rupestres no baixo Amazonas (Relatório de Pesquisa). Mus. Para. Emilio Goeldi. Belém.
- PROJETO RADAM BRASIL, 1975. Folha SB-21. Tapajós. Rio de Janeiro. DNPM. p. 287-382. (Levantamento de Recursos Naturais, 4).
- PROJETO RADAM BRASIL, 1981. Folha SD-22. Goiás. Rio de Janeiro. DNPM. p. 509-560. (Levantamento de Recursos Naturais).
- SCHMITZ, P. I. 1988. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. Rev. Arqueol. Rio de Janeiro, 5(1):11-18.
- SILVEIRA, I. M. 1979. Quatipuru: agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica. Publ. Avulsas Mus. Para. Emilio Goeldi. Belém, (34): 1-80 p.
- SILVEIRA, I. M. 1979. Formas de aviação em um povoado pesqueiro da Amazônia. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Nova série, Belém, (74): 1-24 p.
- SIMÕES, M. F. 1981. Coletores-Pescadores Ceramistas do Litoral do Salgado (Pará). Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, nova sér. Antopolo. Belém, (78): 1-26 p.
- SIMÕES, M. F. 1983. Pré-História da Amazônia: Uma tentativa de reconstituição. In: Cultura Textos e Catálogos. Belém, Mus. Para. Emilio Goeldi/CNPq, p. 5-21.
- SIOLI, H. 1985. *Amazônia: Fundamentos da Ecologia da maior região de Florestas Tropicais*. Petrópolis, Vozes, 72 p.
- UNI-Direitos Indígenas: programa mínimo/86. In: CUNHA, M. *Os Direitos do Índio*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- VIERTLER, R.B. 1989. Estudos de Ecologia Cultural em Grupos Tribais Amzônicos: Perspectivas. In: NEVES, Walter A. (org.) *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*. Belém, Mus. Para. Emilio Goeldi, p. 51-58. (Coleção Eduardo Galvão)

Recebido em 23.05.91
Aprovado em 01.07.93

MUSEU PARAENSE: A ANTROPOLOGIA NA PERSPECTIVA DE UM SABER SOBRE E NA AMAZÔNIA (1886 - 1921)

I Parte

Angela Maria de Moraes Bertho¹

RESUMO - O estudo busca circunstanciar os horizontes intelectuais e políticos da Formação e Consolidação do Museu Paraense enfocando principalmente a constituição e desenvolvimento da ciência antropológica nessa instituição. A primeira fase, inserida no Império cuja "política científica" para a Amazônia era de sigilo de informações, marca a reação de uma elite ilustrada, pelo saber da própria região: geografia (física e humana), arqueologia e etnologia. A segunda fase, durante a 1ª República, em pleno "boom" da borracha, vai capacitar o Museu entre as instituições de excelência da época. A produção do conhecimento antropológico, no entanto, sofre um retrocesso, privilegiando-se as ciências biológicas. Em perspectiva o amplo contexto em que nasceu o pensar e o refletir antropológicos sobre a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Política científica, Pensamento antropológico, História da Ciência, Amazônia.

ABSTRACT - This paper describes the intellectual and political background in which the Museu Paraense was formed and consolidated, focusing the build-up and the development of an anthropological knowledge in this Institution. The first period developed under the Imperial rule, whose scientific politic for Amazonia was one of tatic secrecy. Its shows a local elite in search of knowledge on her own region: human and physical geography, archaeology and ethnology. The 2nd. period, under the Old Republic, and stressed by the Rubber Boom, set the Museu Paraense among the outstanding scientific institutions of this time. Anthropological knowledge, however, was a serious gap in such improvement that privileged biological sciences. The paper points to a larger context for the beginnings of anthropological thinking on Amazonia.

KEY WORDS: Scientific Politic: Anthropological thinking: History of Sciences: Amazonia.

¹ Pesquisadora de Desenvolvimento Regional do MPEG/CNPq

INTRODUÇÃO

O século XIX assistiu a muitas viagens e expedições naturalistas de caráter científico, que objetivavam a exploração de territórios incógnitos, até então, pela ciência européia, marcada pelo amplo horizonte do Evolucionismo. Essas expedições não seguiam um modelo único, podiam ser realizadas por naturalistas com certa fortuna, como foi o caso de Humboldt; comissionadas por coroas estrangeiras, caso de Darwin, Martius e Spix; por naturalistas profissionais financiados por herbários e mesmo por mecenas, como foi o caso de Nathanael Thayer, juntamente com o apoio do governo norte-americano e brasileiro, que patrocinaram a expedição chefiada pelo professor Louis Agassiz da Universidade de Harvard. Cerca de 70% dessas viagens partiram, passaram ou chegaram à Amazônia.

Os lugares por excelência de recolhimento e difusão desse “saber” eram os Museus de História Natural. No Brasil, durante aquele século, foram criadas três dessas instituições que desempenhavam também a função acadêmica, pela falta de universidades no país.

O primeiro deles foi o Museu Nacional ou Museu Real, criado em 1818 no Rio de Janeiro; o segundo, o Museu Paulista, em 1824, em São Paulo e o terceiro, o Museu Paraense, em 1866, em Belém do Pará.

O Museu Nacional foi instaurado no bojo de mudanças de ordem política: a vinda da família Real para o Rio de Janeiro em 1808, quando da invasão dos exércitos napoleônicos em Portugal. O Museu era antes um depositário de exposições exóticas doadas ou compradas de particulares. Somente a partir de 1876 foi reformulado na administração de Ladislau Neto aos moldes dos museus europeus. Estes contavam com intenso apoio financeiro, pessoal qualificado e desenvolviam pesquisas sistemáticas. Os museus brasileiros só para o final do século apresentavam esse perfil.

O Museu Paulista foi bastante tardio no começo de suas atividades pela demora da construção de seu prédio em estilo renascentista. De sua criação até o começo de suas atividades decorreram 70 anos.

Ambos, Museu Nacional e Museu Paulista eram obras comemorativas. O primeiro da instauração da Coroa Portuguesa no Brasil, e o segundo, da Independência.

Já o Museu Paraense foi criado por vários intelectuais, profissionais liberais e políticos de Belém. Muitos deles, tendo cursado universidades na

Europa, se empenhavam em criar na Amazônia um museu que acolhesse na própria região seu conhecimento e as descobertas etnográficas e arqueológicas. Muitos ressentiam-se que inúmeras peças e coleções saíam dali sem nenhum controle ou retorno para alimentar museus estrangeiros.

Pela falta de apoio resolutivo do estado da província, criaram uma sociedade de caráter particular. A Sociedade Filomática - que tinha por objetivo a criação do Museu de História Natural e Etnographia. A primeira sede do futuro museu foi instalada na casa do primeiro diretor e, cinco anos mais tarde, a instituição passaria para a órbita da administração do Estado do Pará e seria oficialmente fundada.

Durante a sua fase de Formação (1866 a 1888), foi o único entre os museus do século XIX a ter uma seção específica para a área “antropológica”, de certa maneira com autonomia com relação às Ciências Naturais.

O objetivo desta seção era o conhecimento do Homem do Vale Amazônico. Seu primeiro diretor, Domingos Soares Ferreira Penna, realizou estudos geográficos, demográficos, históricos, escavações e estudos arqueológicos sobre cerâmicas e sambaquis em vários sítios, coleta de vocabulário, inscrições e história indígena. Realizou pesquisas com populações caboclas, indígenas e urbanas.

No Museu Nacional, a Antropologia estava no mesmo item de classificação da Zoologia Aplicada e Paleontologia Animal. As pesquisas mais significativas eram de dois biólogos interessados também pelo estudo do Homem: Ladislau Neto e J.B. Lacerda, com estudos craniológicos, antropológicos e arqueológicos das raças do Brasil.

No Museu Paulista, a Antropologia também estava classificada junto à Zoologia e seu diretor, o zoólogo alemão Hermann von Ihering, realizava trabalhos ligados à Frenologia, que estudava o caráter e as funções intelectuais do Homem pela conformação do cérebro.

O virtual desenvolvimento da área Etnográfica no Museu Paraense, exceção à regra entre os museus brasileiros no século XIX, encontrou um ponto de estagnação em sua fase de Consolidação como instituição científica, quando foi convidado para restaurá-lo e dirigi-lo o zoólogo alemão Emilio Goeldi, em 1894. Questões de filosofia política do primeiro governador republicano do Pará aliada às preferências de seu diretor à época fizeram com que as áreas antropológicas ficassem relegadas a segundo plano em detrimento das Ciências Naturais. Esse rearranjo contrariou o projeto com que foi fundado o Museu.

A esses dois processos: o de Formação e o de Consolidação do “Museu Paraense de História Natural e Etnographia” está dedicado este ensaio.

1. A Política Científica do Império sobre a Região

Há inúmeros pontos de convergência que motivaram a luta pela instauração de um Museu de História Natural e Etnografia na Amazônia. Esta, cujo nome já provinha do mito e da lenda, atraía desbravadores, aventureiros e viajantes. A natureza selvática e “intocada” da região, fascinava os europeus. Seu atributo maior era ser depositária de mistérios de toda ordem. Além da curiosidade pelo seu conhecimento, existia a intrincada demarcação de limites entre Portugal e Espanha que tornava essa questão delicada, no sentido de se evitar a propagação de informações sobre ela.

No século XVII, a Coroa Portuguesa organizou uma comissão, tendo à frente o naturalista e filósofo Alexandre Barbosa Rodrigues, para uma viagem de exploração científica, com o objetivo de obter informações de tudo que fosse possível, dos três reinos da Natureza no ambiente amazônico. Mas essa expedição foi cercada de muita cautela e sigilo de informações. Durou dez anos, de 1783 a 1793, a chamada “Viagem Filosófica pela Amazônia e Mato-Grosso”, e estava determinada a incorporar-se parcialmente às comissões de demarcação de fronteiras, razão, entre outras, que impediu a publicação das pesquisas realizadas.

A partir da “Viagem Filosófica”, como ficou conhecida, a Amazônia tornou-se palco de inúmeras outras expedições de naturalistas interessados em seu conhecimento². Não sem antes, Alexandre Humboldt e A. Bonpland terem expressa ordem de prisão, caso entrassem em território brasileiro, na sua célebre viagem pelo norte da América do Sul. Esses pesquisadores se limitaram então a explorar os territórios pertencentes à coroa espanhola entre 1799 e 1803.

Depois da Independência, 1822, e já antes com a chegada da família real em 1808 ao Rio de Janeiro, a situação era outra. Carl F. P. von Martius e Johann B. von Spix, que realizaram uma expedição científica entre os anos de 1817 e 1820, chegam no bojo de uma renovação de idéias, com o Brasil abrindo-se a todas as nações amigas. Esses pesquisadores vieram sob o patrocínio do Rei

² Carl P. von Martius e Johann B. von Spix (1817-1820); Johann Natterer (1817-1835); Richard Spruce (1849-1864); Alfred Wallace (1848-1852); Henry W. Bates (1848-1859)

da Baviera - Maximiliano José I, incorporando-se à comitiva da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo da Áustria, futura princesa do Brasil, noiva do príncipe e futuro Imperador do Brasil, D. Pedro I.

Em meados do II Império, já com D. Pedro II, volta a preocupação com a intensa afluência de naturalistas estrangeiros interessados em estudar a região.

Foi organizada com toda pompa e empenho uma viagem científica na capital do Império - a Comissão Científica de Exploração - como foi oficialmente denominada. Foi proposta para que se explorasse as províncias menos conhecidas do Brasil, as do Norte e Nordeste. Demorou dois anos e meio em preparativos e causou bastante polêmica, porque só foi constituída por pesquisadores nacionais³, sendo proibido o ingresso de estrangeiros.

Capistrano de Abreu, fazendo um balanço do século XX, escreveu sobre essa comissão:

“Pensou-se em ciência nacional. e com um jacobinismo pouco commum nestes domínios em geral menos expostos às paixões exclusivas, instituiu-se uma comissão científica para explorar as províncias no norte. em que deveriam ter sido enormes: infelizmente parece, que se perdeu tudo no naufrágio de um barco” (Abreu 1938).

A Comissão teve total apoio do Imperador, que não poupou recursos para organizá-la.

Segundo Lucia Miguel Pereira:

“E durante algum tempo a camada culta do império embalou na esperança de acordar, um belo dia, com a notícia do descobrimento de alguma mina capaz de fazer voltar aos áureos dias de Vila Rica” (Pereira 1943:246).

Findos os preparativos, essa viagem começou entre os finais do ano de 1859 e 1861. O Imperador em pessoa, acompanhado da Imperatriz, empreendeu uma viagem ao norte trazendo de lá livros e documentos que ofertou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Infelizmente, no que tocava à etnografia, os resultados foram nulos pela morte do comissionado a seu encargo - Antonio Gonçalves Dias. Poeta já famoso, funcionário da Secretaria de Estrangeiros, recrutado em várias ocasiões

³ Presidida pelo Conselheiro Francisco Freire Alemão, botânico. Seções: Botânica - o mesmo; Mineralogia - o futuro Barão de Capanema; Zoologia - comendador Manuel Ferreira Lagos; Astronomia e Geografia - capitão-tenente Giacomo Raja Gabaglia; Etnografia e narrativa da viagem - Antonio Gonçalves Dias.

em missão para a Europa, à cata de documentos de interesse do Império, e de seus próprios, para suas pesquisas históricas. Foi encarregado, inclusive da compra de diversos materiais para a expedição. Finda a viagem pelo Norte e Nordeste, Gonçalves Dias retorna novamente para a Europa, a fim de tratar-se da saúde. De volta ao Maranhão, sua terra natal, onde concluiria com calma o relatório que lhe cabia, o navio em que viajava bateu em um banco de areia, já na costa, e parte-se ao meio. Doente, acamado, quando a tripulação lembrou-se do único passageiro a bordo, já era tarde. E com ele, perdeu-se toda a documentação que trazia sobre a área etnográfica.

A essas circunstâncias gerais do Império, somavam-se às da própria região que influíram na fundação de um museu na Amazônia.

FORMAÇÃO

1. A Reação Regional: o interesse pelo conhecimento da própria região.

Os idealizadores do futuro Museu Paraense queriam criar em Belém um congênere dos vários Museus de História Natural existentes no Velho Mundo.

Sintonizados com a política mais ampla do Império, e em especial com a exercida na Amazônia, esses idealizadores formavam um grupo de “notáveis”. Profissionais liberais e políticos, alguns eram descendentes da nobreza do Império, ou eles mesmos agraciados com títulos nobiliários ou comendas de mérito. Cursaram universidades ou mesmo fizeram especializações na Europa, de onde vinham entusiasmados com a criação de um museu em plena Amazônia.

Dois deles, deputados da Assembléia Provincial, em 1861, apresentaram um projeto aditivo de orçamento para a criação do Museu no valor de 600.000 Réis. Foram eles: Joaquim Correia de Freitas (médico, educador e deputado) e Joaquim José de Assis (fundador em 1876 do jornal “A Província do Pará”). O aditivo foi sancionado pelo então governador da província: Francisco Carlos de Araújo Brusque. Mas, à vontade inicial não se seguiu nem impulso efetivo, nem outras dotações orçamentárias para a continuidade da implantação da idéia.

O impulso efetivo viria cinco anos mais tarde, e se daria em duas frentes. A primeira, foi a estada da comitiva científica organizada por Jean Louis Agassiz (naturalista suíço naturalizado norte-americano), professor da universidade de Harvard, e fundador do Museum of Comparative Zoology em Harvard, em 1860. Filósofo, médico e naturalista, Agassiz chefiou a chamada

Expedição Thayer, de 1865 a 1866, financiada em parte por Nathanael Thayer, com assistência da Marinha dos EUA, e em parte pelo Imperador D. Pedro II, que custearia sua estada no Brasil.

Essa atitude por parte do governo brasileiro já anunciava a abertura do rio Amazonas à navegação mercante, ocorrida dois anos após, em 7 de setembro de 1867.

Em várias ocasiões Louis Agassiz se avistou e conferenciou sobre suas descobertas e pesquisas para a camada intelectual da província, interessados nos resultados da expedição. Aventaram-lhe a idéia da criação do Museu, sendo por ele estimulada. O presidente da província na época era José Couto de Magalhães (1864 a 1866), que também era um interessado estudioso das ciências naturais e etnográficas, tendo mais tarde publicado “O Selvagem” como membro do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, sediado no Rio de Janeiro.

Seu secretário de governo, Domingos Soares Ferreira Penna, estava entre os que mantiveram com Agassiz conversações sobre suas pesquisas. Penna foi um dos membros da direção da Exposição Provincial que Agassiz presenciou, mudando sua rota de regresso aos EUA especialmente para assisti-la.

O segundo impulso para a criação do Museu, foi justamente centrado na pessoa de Ferreira Penna.

Com uma biografia de difícil reconstituição, já tentada por alguns autores, esse mineiro de Mariana, nascido em 1818, ex-seminarista, oficial maior da Secretaria da Assembléia Provincial de Minas Gerais, demitido pelos conservadores em 1850, por razões políticas, funda o jornal “O Apóstolo” de propaganda republicana.

José Veríssimo, autor da primeira biografia sobre Ferreira Penna, em 1895, informa que esse jornal teve muita aceitação, principalmente entre o clero por combater a monarquia. Incompatibilizou-se Penna com o dono da tipografia por ser republicano e partiu para o Rio de Janeiro e São Paulo. Amigo do Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, “acompanhou-o ao Rio de Janeiro e dali a São Paulo, onde com ele, presidente daquela província serviu.” (Veríssimo 1896).

Posteriormente trabalhou na Secretaria de Polícia da Corte, no Rio de Janeiro, exerceu também o trabalho de jornalista e finalmente veio ao Pará, convidado pelo Tenente Coronel Manoel de Frias Vasconcelos, nomeado Presidente da província onde serviu como seu secretário de governo em 1858.

Esse republicano, que não poucas vezes se descompatibilizou com políticos monarquistas, vinha de uma família da qual um irmão, dez anos mais velho, chegou a ser Conselheiro do Império de 1860 a 1866. Herculano Ferreira Penna, dispunha de absoluta confiança do Imperador, tendo sido por oito vezes presidente de províncias, nomeado por este. Entre as províncias que governou estavam as do Pará, em 1846 e Amazonas, 1852 a 1853. Foi também senador do Império por várias legislaturas.

Esse fato não consta da biografia escrita por José Veríssimo, seu amigo pessoal e colaborador. Como também na escrita por Osvaldo Rodrigues da Cunha, que, baseando-se naquela, acrescentou inúmeros outros dados (Cunha 1989).

Nada sabemos sobre as relações entre os dois irmãos, se de alguma forma o teriam favorecido para inúmeros cargos públicos que ocupou, como também o de ter sido viajante naturalista do Museu Nacional, durante a década de 1870, instituição visceralmente ligada ao Imperador. De qualquer maneira, a incompatibilidade política de Penna com a monarquia não impediu que ele transitasse em cargos públicos com desembaraço e prestígio, como o de ter sido secretário de governos no Pará por sete anos consecutivos; e as funções em instituições de investigação científica, não lhe faltaram méritos.

Autodidata em questões científicas, Ferreira Penna realizara uma missão de estudos para o governo de Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1861. Este se ressentia de falta de informações geográficas, populacionais, comerciais, de produção e demanda de bens agrícolas das regiões distantes da capital administrativa - Belém -. Araújo Brusque comentou o fato com seu secretário e este se ofereceu para segui-los, no que foi aceito. Partiu então para esta missão, juntamente com um engenheiro indicado, tenente bacharel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim. O resultado desta missão foi publicado sob o título: "O Tocantins e o Anapú", em 1864.

A essa primeira missão governamental seguiram-se várias outras, as quais retornaremos.

O fato é que Ferreira Penna deveria estar sintonizado com as questões que envolviam, se podemos assim denominar "a política científica do império", por ter vivido na capital da corte, e trabalhado em instituições diretamente ligadas a esta. Além de ter o irmão um alto cargo político, conselheiro do império. A importância estratégica da província do norte não seria ignorada pela elite intelectual, principalmente no que se relacionava às questões de limites e, em

decorrência o sigilo de informações, sem contar com o malogrado relatório etnográfico da "Comissão de Exploração" pela morte de seu relator Gonçalves Dias por aquela época.

No Pará, Ferreira Penna travou conhecimento com a elite intelectual. Seus membros, na maioria profissionais liberais recém-chegados da Europa, traziam o entusiasmo pela ciência, que na província não tinham como alimentar. Dada sua instrução, essa elite, tornada "notável", ocupava cargos no poder público e alentava mudar o panorama cultural da cidade, como também tornar conhecida a região ignorada pelos próprios amazônidas. Penna, familiarizado com essas aspirações e já com algum conhecimento da região, começou a liderar essa elite no sentido de criar uma entidade particular que pudesse organizar um Museu de História Natural e Etnografia, já que os poderes públicos se mostravam reticentes, mesmo com o apoio de alguns políticos empreendedores dessa nova geração "ilustrada" recém-chegada da Europa.

2. A Criação do Museu

A. A Sociedade Filomática: Núcleo do Museu

Reunidos em torno da idéia da organização do Museu, foi fundada a Sociedade Filomática em 1866. A reunião de sua fundação deu-se no salão principal do Palácio do Governo que Ferreira Penna secretariava, com autorização do 1º vice-presidente do governo de Pedro Leão Veloso.

A primeira diretoria administrativa era composta por uma variada gama de profissionais: médicos, advogados, professores, comerciante, padre e maçom. Era uma sociedade de caráter particular e, em seu primeiro ano de existência, funcionou na casa de seu primeiro presidente, Ferreira Penna.

Os estatutos criados em reuniões da Associação Filomática regeriam por muito tempo o nascente Museu, que só em 1871, cinco anos após, passaria da órbita da administração particular para a órbita da administração do governo da província.

Alguns itens desse Estatuto nos dão uma idéia da perspectiva que os guiava. O Museu deveria ter atributos de uma Academia. Na ausência de escolas superiores em Belém, este deveria exercer esta função, dotado de biblioteca e seções técnicas, cuja finalidade seria o estudo da natureza amazônica: fauna, flora, geologia, história e o estudo do homem indígena amazônico. Também seria dotado de funções pedagógicas, com uma seção de extensão ao